



LICITAÇÃO: TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23104.034868/2021-83

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO (SERVIÇOS CONTINUADOS SEM MÃO DE OBRA)

1.1. Contratação de empresa especializada em propriedade intelectual para a prestação dos serviços de busca de anterioridade e redação de pedido de patente de invenção ou modelos de utilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

TABELA A

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL OU VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL
1	Busca de Anterioridade e Elaboração de Parecer de Patenteabilidade.	1622-5	Processo	45	R\$ 1.584,67	R\$ 71.310,15
2	Serviço de redação do pedido de patente de invenção e de modelo de utilidade conforme requisitos constantes nos incisos de I a V, do art. 19, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996(LPI) e Instruções Normativas nº30/2013	1622-5	Processo	45	R\$ 2.786,29	R\$ 125.383,05

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado sem a dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário considerando que o serviço pode ser mensurado por unidades de medida, no entanto a demanda pode variar não sendo possível definir com precisão os quantitativos a serem executados.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.6. O julgamento ocorrerá por menor preço por grupo, conforme Tabela A.
- 1.7. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO
- 1.7.1. Pretende-se com esta contratação, alinhada com as políticas do PDI, suprir a carência de recursos humanos especializados para realização das atividades de proteção das criações desenvolvidas na UFMS.
- 1.7.2. Ao utilizar o disposto na lei para a contratação da empresa especializada em propriedade intelectual, visa-se gerar economia de escala, tendo a contratação de uma única empresa, além de gerar benefícios no que se refere ao aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.
- 1.7.3. A UFMS é diretamente beneficiada pela efetiva proteção da tecnologia gerada nas mais variadas áreas do conhecimento, pois espera-se que a contratação promova o aumento do número de pedidos de patentes para além da capacidade operacional do NIT considerando-se o tamanho e composição da equipe atual, levando indiretamente à otimização da utilização dos recursos.
- 1.8. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE
- 1.8.1. A contratação de serviço de pessoa jurídica para prestar assessoria técnica em propriedade intelectual está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMS, PDI 2020-2024, que tem como uma de suas políticas, ampliar e diversificar o portfólio de patentes da UFMS, e, consequentemente, do licenciamento e exploração das patentes pelos interessados, por meio do fortalecimento das ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).
- 1.8.2. Embora esta contratação esteja alinhada com o PDI da Universidade, não há previsão no Plano Anual de Contratações. A ausência de previsão se justifica pela recente crescente demanda de recebimento de comunicações de invenção e potencial aumento de proteção da propriedade intelectual, fato que nos anos anteriores ainda não se observava.
- 1.9. JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO DE ITENS EM GRUPOS
- 1.9.1. Observa-se que é tecnicamente inviável a divisão da solução do objeto, sob pena de trazer prejuízo para a Administração, em virtude da integração das partes da solução dos itens do objeto, com consequente não atendimento da demandado NIT/AGINOVA. A formação de grupo único se faz necessária devido à especificidade dos itens, de sua conexão e interdependência, uma vez que para a redação da patente (item 02) é preciso realizar a busca de anterioridade (item 01) nos bancos de dados para se averiguar um dos requisitos da patenteabilidade, que será verificado pelo INPI para fins de registro.
- 1.10. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)

1.10.1. Não foram observados critérios de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação no Plano de Logística Sustentável da UFMS.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em *Tópico específico dos Estudos Preliminares* (SEI 3149321), apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, (SEI 3149321) apêndice deste Termo de Referência: prestação do serviço de assessoria em propriedade intelectual, de forma continuada, para o auxílio à realização adequada de buscas de anterioridades de patentes, resultando na avaliação do potencial de depósito de pedido de patente/modelo de utilidade, redação do pedido de patente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. Profissionais envolvidos:

5.1.2.1. Apresentar declaração fazendo constar que, quando da execução dos serviços contratados, disporá em sua equipe de, pelo menos, profissionais das áreas do conhecimento correspondentes à área técnica objeto de cada patente.

5.1.2.2. A comprovação da qualificação dos profissionais acima deverá ser feita mediante apresentação de Diploma reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, a serem apresentados quando da execução do serviço. A exigência em tela não exclui, em hipótese alguma, a necessidade de haver profissionais com conhecimento técnico da área de propriedade intelectual.

5.1.2.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de verificar se a equipe atuante no projeto está em conformidade com a área técnica objeto de cada patente. Esta auditoria poderá ser realizada a qualquer tempo, sem necessidade de agendamento ou confirmação prévia. Caso seja identificada discordância, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, solicitar a substituição do(s) técnico(s) ou a rescisão contratual motivada pelo não cumprimento dos compromissos assumidos pela CONTRATADA.

5.1.3. Da qualificação técnica da empresa:

5.1.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, declarando ter a CONTRATADA, fornecido satisfatoriamente os referidos serviços.

5.1.4. Do serviço continuado:

5.1.4.1. Trata-se a presente contratação de serviço de natureza continuada visto que as demandas de proteção de processos e produtos inovadores desenvolvidos no âmbito da UFMS são constantemente apresentadas pelos pesquisadores. Um período, mesmo que curto, sem a cobertura destes serviços pode representar a perda do privilégio da invenção e irreversível classificação da tecnologia como de domínio público. Esta perda impacta negativamente não apenas na produção dos servidores envolvidos, mas na própria avaliação dos cursos dos quais participam e no potencial de inovação da UFMS, uma vez que a proteção é um importante passo antes da transferência tecnológica. Além disso, a interrupção do serviço pode inviabilizar a tramitação de possíveis acordos de pesquisa, causando prejuízos, inclusive financeiros, significativos à instituição e ferindo a legislação, em especial a Lei da Inovação (10.973/2004).

5.1.4.2. Um dos requisitos de patenteabilidade é o da novidade. Nesse contexto, cabe mencionar o período de graça, previsto no artigo 12 da lei de propriedade industrial (9.279/2004). Ao analisar o pedido de patente, o INPI verificará se a invenção não foi publicada, ou seja, se constitui o estado da técnica, tendo se tornado acessível ao público antes da data do depósito do respectivo pedido de patente. Isso porque a lei da Propriedade Industrial brasileira permite a revelação da invenção pelo(s) próprio(s) inventor(es) dentro de um período anterior à data de depósito de patente e de modelo de utilidade (12 meses). Em outros países esse período de graça pode não existir ou ser diferente do adotado na legislação brasileira.

5.1.4.3. Em alguns casos, o pedido de proteção por patente chega ao NIT/AGINOVIA com o período de graça muito próximo de seu fim. Nesse sentido, o serviço não ser considerado como contínuo poderia acarretar em um aumento do tempo de contratação e alto risco da perda da possibilidade de depósito de patente junto ao INPI devido ao não cumprimento do requisito da novidade (perdido devido ao vencimento do período de graça).

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Não foram observados critérios de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação no Plano de Logística Sustentável da UFMS.

7. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

7.1. ~~Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 11 horas e das 13h às 17h.~~

7.2. ~~O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.~~

7.2.1. ~~Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.~~

7.3. ~~Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.~~

7.4. ~~A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.~~

7.5. ~~A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.~~

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.2. A execução dos serviços deverá ser realizada nas dependências da CONTRATADA, sendo que a equipe técnica deverá se deslocar até as dependências da CONTRATANTE sempre que houver necessidade de reuniões presenciais que podem ser eventualmente solicitadas pela CONTRATANTE.

8.3. No que concernem às reuniões, o NIT poderá solicitar ou autorizar a realização via videoconferência, desde que sejam atendidos pela CONTRATADA os requisitos técnicos mínimos para propiciar uma interação com satisfatória qualidade de áudio e vídeo, sendo, em ambos os casos, sua responsabilidade oferecer todos os materiais que se verificarem necessários para o andamento das atividades descritas neste termo de referência.

8.4. O endereço da CONTRATANTE: Av. Costa e Silva, s/nº, Bairro Universitário, CEP: 79070-900, Campo Grande - MS.

8.5. A apresentação dos trabalhos e demais contatos deverão respeitar o horário de funcionamento do Núcleo de Inovação Tecnológica, de Segunda a Sexta-feira, das 7h às 17h.

8.6. É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o custeio das diárias, passagens, deslocamentos, estacionamento e alimentação dos seus funcionários ou representantes enviados para reuniões e outras atividades na sede da CONTRATANTE.

8.7. A execução dos serviços será iniciada mediante ORDEM DE SERVIÇO.

8.8. A Contratada receberá mensagem eletrônica do endereço eletrônico nit.aginova@ufms.br, autorizando a execução do serviço.

8.9. A Contratada deverá entregar a qualificação técnica do Profissional envolvido na demanda no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da ordem de serviço.

8.10. A troca de dados/informações entre o (s) inventor (es) e a CONTRATADA será intermediado pelo Núcleo de Inovação Tecnológica da CONTRATANTE através do e-mail nit.aginova@ufms.br ou correspondência.

8.11. Os contatos entre a contratada e o NIT deverão ocorrer diretamente no NIT em horário comercial (das 7h às 11h e 13h às 17h) e/ou por Correios por meio de SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR). Quaisquer custos gerados com entrega ou retiradas de documentações/correspondências serão de responsabilidade da contratada.

8.12. Todos os dados/informações obtidas em virtude da execução dos serviços devem ser tratados pela CONTRATADA como confidenciais e sigilosos em caráter permanente, independente da vigência do contrato.

8.13. A tramitação eletrônica deverá ocorrer sob forma criptografada e ser entregue por e-mail dentro dos prazos estabelecidos na Tabela B do item 8.25.

8.14. A forma de criptografia será estabelecida previamente entre as partes.

8.15. A cada versão do Relatório Descritivo, este será disponibilizado pela CONTRATADA ao(s) inventor(es) para sua conferência e indicação de correção até sua aceitação final pelo(s) inventor(es), que será comunicada à CONTRATADA pelo NIT da CONTRATANTE.

8.16. Após a aceitação final de que trata o item anterior a CONTRATADA deverá entregar ao NIT da CONTRATANTE a versão final da redação da patente, sendo uma no formato ".docx" e outra no formato ".pdf" (com texto pesquisável).

8.17. O recebimento formal do serviço executado, especialmente para fins de pagamento, será realizado somente após a aceitação final do relatório pelo inventor, a análise do NIT e o recebimento das vias descritas conforme o item anterior.

8.18. O prazo de execução dos serviços será contado a partir do envio da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE ao e-mail indicado pela CONTRATADA.

8.19. A CONTRATANTE solicitará o agendamento da reunião para apresentação de tecnologia e a CONTRATADA deverá confirmar o agendamento de modo que a reunião seja realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir da data da ordem de serviço.

8.20. O Prazo de execução e entrega do Relatório de Busca prévia e respectivo parecer (Tabela A Item 1) não poderá ser superior a 15 dias úteis a partir do recebimento da ordem de serviço enviada pela CONTRATANTE ao e-mail indicado pela CONTRATADA. Este prazo poderá ser prorrogado por até 10 (dez) dias úteis, a pedido da CONTRATADA devidamente justificado.

8.21. O prazo de execução e entrega da redação completa da patente (Tabela A- Item 2) não poderá ser superior a 20 dias úteis a partir da autorização enviada pela CONTRATANTE ao e-mail indicado pela CONTRATADA. Este prazo poderá ser prorrogado por até 10 (dez) dias úteis, a pedido da CONTRATADA devidamente justificado.

8.22. Em caso de pedido de alteração no parecer de patenteabilidade por parte dos(as) inventores(as), ou pelo Núcleo de Inovação Tecnológica, a CONTRATADA deverá devolver o parecer corrigido em até 5 (cinco) dias úteis.

8.23. Em caso de pedido de alteração da redação da patente por parte dos (as) inventores (as), ou pelo Núcleo de Inovação Tecnológica, a CONTRATADA deverá devolver a redação corrigida em até 5 (cinco) dias úteis.

8.24. A CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para revisão e para aprovação do parecer de patenteabilidade (Tabela A - Item 1) e da redação completa da patente (Tabela A - Item 2).

8.25. Os serviços deverão ser executados à luz da legislação básica e Instruções Normativas do INPI, respeitando os prazos máximos de execução e entrega das etapas. A Tabela B - Prazos de Execução, apresenta o fluxo processual e temporal para a demanda do

serviço, a data da entrega do serviço, a revisão da contratante, a revisão da contratada e a aprovação do serviço.

TABELA B - Prazos de Execução (em dias úteis)

Item	Descrição	Data da Demanda	Entrega do Serviço	Prorrogação Justificada	Revisão pela Contratante	Revisão pela Contratada	Aprovação pela Contratante da versão final
01	Busca de Anterioridade e Elaboração de Parecer de Patentabilidade.	D	D+15	D+5	D+5	D+5	D+5
02	Serviço de redação do pedido de patente de invenção e de modelo de utilidade conforme requisitos constantes nos incisos de I a V, do art. 19, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (LPI) e Instruções Normativas nº 30/2013 e 31/2013 do INPI.	D	D+20	D+5	D+5	D+5	D+5

8.26. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, DIREITO AUTORA E SIGILO:

8.26.1. As informações e dados que a CONTRATADA venha a ter acesso em decorrência dos serviços realizados deverão ser mantidos em confiabilidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua difusão para terceiros, sob pena de responsabilidade civil e/ou criminal.

8.26.2. Todos os relatórios elaborados pela CONTRATADA em decorrência da execução do presente Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, sendo vedada sua publicação ou reprodução.

8.26.3. A CONTRATADA e os autores de textos e/ou desenhos que estejam incluídos nos relatórios entregues cedem à CONTRATANTE, permanentemente e a título não oneroso todos os direitos autorais patrimoniais referentes ao material produzido, conforme disposto no art. 111 da Lei 8.666 de 1993.

9. ~~MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS~~

9.1. ~~A contratada deverá disponibilizar todos os materiais que sejam necessários à execução do serviço.~~

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. histórico de pedidos de patentes depositados nos últimos 4 anos; e

10.1.2. previsão de aumento da demanda em função da contratação do serviço.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993. SE FOR O CASO.

11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou

em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme modelo previsto no Anexo 3161750, ~~OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:~~

- a) ~~não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou~~
- b) ~~deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;~~

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. ~~A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:~~

16.2.1. ---

16.2.2. ---

16.2.3. ---

16.3. Questões a serem vistas são:

16.3.1. unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

16.3.2. produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

16.3.3. indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa;

16.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.4.1. não produziu os resultados acordados;

- 16.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 17.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 17.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 17.4. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 17.5. O recebimento da última etapa da execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:
- 17.5.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- 17.5.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;
- 17.5.3. O prazo para recebimento definitivo será de 30 (trinta) dias.
- 17.5.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.
- 17.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 17.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- ## **18. DO PAGAMENTO**
- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
- 18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (TRINTA) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)I = (6/100)/365$		I = 0,00016438
		TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I_0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.2. O contrato não demanda dedicação de mão obra exclusiva.

20.3. Os quantitativos dos contratos firmados são meramente estimados.

20.4. Objeto de baixa complexidade e preço.

20.5. Risco de onerar as propostas devida a exigência.

20.6. Risco de limitar o universo de participantes.

20.7. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

20.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

21. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e da Resolução 143 CD, de 28 de agosto de 2019 da UFMS a Contratada que, na fase de execução contratual:

21.2. **Não celebrar o contrato:**

21.2.1. recusar ou deixar de enviar documento necessário para comprovar a capacidade de assinatura do contrato/ata de registro de preços;

21.2.2. recusar ou deixar de assinar contrato/ata de registro de preços dentro do prazo de convocação;

21.2.3. recusar ou deixar de confirmar o recebimento da Nota de Empenho referente ao contrato/ata de registro de preços

21.3. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.2.1, 21.2.2, 21.2.3:**

21.3.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 04 meses;

21.3.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

21.3.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%

21.4. **Apresentar documentação falsa:**

21.4.1. omitir informações em documentos exigidos no certame;

21.4.2. adulterar documento, público ou particular;

21.4.3. encaminhar contrato/ata de registro de preços adulterada

21.5. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.4.1., 21.4.2., 21.4.3.:**

21.5.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos;

21.5.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 3 (três) anos;

21.5.3. Multa de 20% do valor total do contrato/ata de registro de preços;

21.6. **Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual:**

21.6.1. praticar qualquer ação ou omissão que prejudique o bom andamento da execução do contrato.

21.6.2. deixar de prestar garantia quando exigido.

21.7. **Sanções aplicáveis para a conduta 21.6.1:**

21.7.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 1 (um) ano.

21.7.2. Multa de 15% do valor total do contrato/ata de registro de preços

21.8. **Sanções aplicáveis para a conduta 21.6.2:**

21.8.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 01 ano;

21.8.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 01 (ano) ano;

21.8.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%

21.9. **Falhar na execução do contrato**

- 21.9.1. entregar materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na ata de registro de preços;
- 21.9.2. deixar de substituir materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado pela Administração;
- 21.9.3. atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias;
- 21.9.4. recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens contratados/registrados;
- 21.9.5. deixar de entregar documentação fundamental para execução contratual.
- 21.10. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.9.1, 21.9.2, 21.9.3, 21.9.4, 21.9.5:**
- 21.10.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 06 meses;
- 21.10.2. Multa de 1% do valor total do material, por dia de descumprimento, no limite máximo de 10%; e/ou Multa de 10% do valor total do material contratado;
- 21.10.3. Descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 05 anos;
- 21.11. **Fraudar na execução do contrato**
- 21.11.1. elevar arbitrariamente os preços;
- 21.11.2. fornecer, como verdadeiro ou perfeito, material falsificado ou deteriorado;
- 21.11.3. entregar um material por outro;
- 21.11.4. alterar substância, qualidade ou quantidade do material fornecido;
- 21.11.5. tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato;
- 21.12. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.11.1, 21.11.2, 21.11.3, 21.11.4, 21.11.5:**
- 21.12.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 21.12.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido
- 21.13. **Comportar-se de modo inidôneo**
- 21.13.1. realizar atos comprovadamente de má-fé ou com dolo;
- 21.13.2. participar de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;
- 21.13.3. não realizar o recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias;
- 21.13.4. não realizar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação;
- 21.14. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.13.1, 21.13.2, 21.13.3, 21.13.4:**
- 21.14.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 anos;
- 21.14.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido; e/ou Multa de 1% do valor total da obrigação, por dia de descumprimento, no limite máximo de 20%
- 21.15. **Cometer fraude fiscal**
- 21.15.1. fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;
- 21.15.2. omitir informações em suas notas fiscais;
- 21.15.3. falsificar ou alterar notas fiscais
- 21.16. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.15.1, 21.15.2, 21.15.3:**
- 21.16.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 anos;
- 21.16.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.
- 21.16.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 10520/2002, subsidiariamente a Lei 8.666, de 1993, e Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.18. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.19. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.20. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.21. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.22. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.23. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.24. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.25. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.26. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
2	0,4% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
3	0,8% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
4	1,6% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
5	3,2% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	PERMITIR SITUAÇÃO QUE CRIE A POSSIBILIDADE DE CAUSAR DANO FÍSICO, LESÃO CORPORAL OU CONSEQUÊNCIAS LETAIS, POR OCORRÊNCIA;	05
2	SUSPENDER OU INTERROMPER, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO, OS SERVIÇOS CONTRATUAIS POR DIA E POR UNIDADE DE ATENDIMENTO;	04
3	MANTER FUNCIONÁRIO SEM QUALIFICAÇÃO PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS CONTRATADOS, POR EMPREGADO E POR DIA;	03
4	RECUSAR-SE A EXECUTAR SERVIÇO DETERMINADO PELA FISCALIZAÇÃO, POR SERVIÇO E POR DIA;	02
5	RETIRAR FUNCIONÁRIOS OU ENCARREGADOS DO SERVIÇO DURANTE O EXPEDIENTE, SEM A ANUÊNCIA PRÉVIA DO CONTRATANTE, POR EMPREGADO E POR DIA;	03
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
6	REGISTRAR E CONTROLAR, DIARIAMENTE, A ASSIDUIDADE E A PONTUALIDADE DE SEU PESSOAL, POR FUNCIONÁRIO E POR DIA;	01
7	CUMPRIR DETERMINAÇÃO FORMAL OU INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR DO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR OCORRÊNCIA;	02
8	SUBSTITUIR EMPREGADO QUE SE CONDUZA DE MODO INCONVENIENTE OU NÃO ATENDA ÀS NECESSIDADES DO SERVIÇO, POR FUNCIONÁRIO E POR DIA;	01
9	CUMPRIR QUAISQUER DOS ITENS DO EDITAL E SEUS ANEXOS NÃO PREVISTOS NESTA TABELA DE MULTAS, APÓS REINCIDÊNCIA FORMALMENTE NOTIFICADA PELO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR ITEM E POR OCORRÊNCIA;	03
10	INDICAR E MANTER DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO OS PREPOSTOS PREVISTOS NO EDITAL/CONTRATO;	01
11	PROVIDENCIAR TREINAMENTO PARA SEUS FUNCIONÁRIOS CONFORME PREVISTO NA RELAÇÃO DE OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	01

21.27. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.27.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.27.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.27.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.28. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.29. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 21.29.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.30. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.31. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.32. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.33. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.34. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.35. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, declarando ter a CONTRATADA, fornecido satisfatoriamente os referidos serviços.
- 22.3.2. Valor Global: R\$ 196.693,20 (cento e noventa e seis mil e seiscentos e noventa e três duzentos reais e vinte centavos)
- 22.3.3. Valores unitários: conforme modelo de planilha de composição de preços anexa ao edital a ser preenchida pelos licitantes.
- 22.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por grupo.
- 22.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 23.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 196.693,20.
- 23.2. A pesquisa de preços foi realizada conforme relatório constante no Despacho SELIC/DICONT/PROADI (SEI nº 3143897).
- 24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 24.1. A ser informado pela Proplan.

Item	Descrição do Objeto	Valor (R\$)		Fonte (Programa/Ação)		Natureza da Despesa
		Unitário	Total			
01	Busca de Anterioridade e Elaboração de Parecer de Patenteabilidade	1.584,67	71.310,015			
02	Serviço de redação do pedido de patente de invenção e de modelo de utilidade conforme requisitos constantes nos incisos de I a V, do art. 19, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (LPI) e Instruções Normativas nº 30/2013 e 31/2013 do INPI	2.786,29	125.383,15			
Total			196.693,20	----		

24.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Elemento de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Plano Interno: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Nota de Empenho: (preencher com o número da nota de empenho).

(O texto será adequado na divulgação da licitação, conforme a Declaração Orçamentária a ser informada pela Proplan)

24.3. ~~A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.~~ EM CASO DE SRP, CONFORME § 2º DO ARTIGO 7º DO DECRETO 7892/2013: Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

25. **INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

25.1. A execução dos serviços será iniciada mediante expedição de ordem de serviço, na forma que segue:

25.1.1. A Contratada receberá mensagem eletrônica do endereço eletrônico nit.aginova@ufms.br, autorizando a execução do serviço.

25.2. O prazo de execução dos serviços será conforme descrito no item 8.25.

26. **APÊNDICES DO TERMO DE REFERÊNCIA**

26.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Apêndices:

26.1.1. Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar Digital (SEI nº 3149321);

26.1.2. Apêndice II - Instrumento de Medição de Resultados (SEI nº 3161750).

Campo Grande, MS .



Documento assinado eletronicamente por **Helder Nobre de Oliveira Silva, Administrador**, em 23/03/2022, às 08:34, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma dos Santos Ramos, Responsável Técnico(a)**, em 23/03/2022, às 08:45, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcilene Nascimento de Farias, Assistente em Administração**, em 23/03/2022, às 09:17, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Christian Mendes de Oliveira, Assistente em Administração**, em 23/03/2022, às 09:28, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3149588** e o código CRC **78818C17**.